



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 - Número 460 - 25/05 a 30/05/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[Mudanças na NR-1 entram em vigor nesta terça-feira \(26\)](#)

Revista Proteção - 25/05/2026

A NR-1 trata das diretrizes gerais de saúde e segurança no trabalho e teve atualização para tratar de questões específicas da saúde mental de trabalhadores.

Apesar de entrar em vigor amanhã (26), por 3 meses valerá o critério da dupla visita, sendo que a primeira delas ocorre apenas para orientação, sem sanções administrativas. Em casos específicos e mais graves, a multa pode acontecer.

A nova regra estava prevista para valer em maio de 2025. Após pressão de empresas e sindicatos patronais, o governo decidiu adiar a entrada em vigor por um ano. Agora, diante de novos pedidos de prorrogação, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou que não pretende realizar mais um adiamento.

O que muda na prática com a atualização da NR-1?

A principal mudança com a atualização da NR-1 é que os chamados riscos psicossociais — ligados à forma como o trabalho é organizado — passam a integrar o gerenciamento de riscos ocupacionais das empresas, ao lado de riscos físicos, químicos, biológicos e de acidentes.

Na prática, situações como metas abusivas, jornadas exaustivas, assédio moral ou sexual, pressão excessiva, conflitos interpessoais, falta de autonomia e falhas de gestão entram oficialmente no radar da fiscalização.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Shopping centers devem fornecer espaço de amamentação para empregadas das lojas, decide STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 27/05/2026

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que shopping centers são responsáveis por garantir espaço apropriado para amamentação e acolhimento de filhos de empregadas das lojas instaladas no local. O entendimento foi firmado na sessão desta quarta-feira (27), no julgamento de embargos de divergência no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1562586. Os estabelecimentos terão até um ano para se adaptar à decisão.

[Justiça do Trabalho estreia programa “Conexão Trabalho” com linguagem acessível e foco no cotidiano das pessoas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/05/2026

Com linguagem simples, dinâmica e conectada ao cotidiano, o programa busca traduzir assuntos muitas vezes vistos como complexos para uma conversa mais próxima da realidade das pessoas. A proposta é abordar o trabalho para além do universo jurídico, mostrando como direitos, mudanças no mercado e novas formas de trabalhar impactam diretamente a vida da sociedade.

[STF confirma entendimento do TST que beneficia comerciárias que amamentam](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/05/2026

O Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, rejeitou um recurso do Shopping Cidade Jardim, de Natal (RN), contra decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que havia determinado a instalação de local apropriado para todas as mulheres que traba-

RADAR TRABALHISTA

Iham nas suas dependências deixarem seus filhos no período da amamentação. A decisão, tomada na última quarta-feira (26), segue o entendimento do TST de que a medida visa efetivar o direito de proteção da saúde da mulher, em especial à gestante e lactante, previsto na Constituição Federal.

[Trabalhador haitiano consegue anular acordo homologado sem seu conhecimento](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/05/2026

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho manteve a anulação de um acordo entre a Traçado Construções e Serviços Ltda., de Cachoeirinha (RS), e um trabalhador haitiano. Segundo o colegiado, o trabalhador não compreendia adequadamente a língua portuguesa e foi induzido a assinar uma procuração que serviu para propor uma ação simulada e celebrar um acordo que nunca existiu.

[Nova edição da TST Juris aborda hiperconexão e saúde mental](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/05/2026

Nesta edição do TST Juris, newsletter do Tribunal Superior do Trabalho no LinkedIn, o tema é “[Hiperconexão e direito à desconexão: quando o trabalho precisa dar um tempo](#)”. A publicação debate como o avanço do teletrabalho e da comunicação instantânea ampliou a disponibilidade constante dos trabalhadores, tornando mais tênues os limites entre vida profissional e pessoal. O conteúdo também destaca que o direito à desconexão é essencial para garantir descanso, saúde mental e qualidade de vida, diante do aumento de casos de ansiedade, estresse crônico e Síndrome de Burnout associados à hiperconexão.

[TST define lista tríplice para vaga destinada à magistratura](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/05/2026

RADAR TRABALHISTA

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho escolheu, nesta quarta-feira (27), em votação secreta, os nomes que vão compor a lista tríplice para preenchimento de vaga destinada à magistratura de carreira, decorrente da aposentadoria da ministra Dora Maria da Costa. A Presidência do TST recebeu a inscrição de três desembargadoras e 10 desembargadores de Tribunais Regionais do Trabalho candidatos à vaga. A lista com os três nomes segue para apreciação do presidente da República, a quem caberá a indicação.

[Justiça do Trabalho debate competência para julgar ações regressivas por acidentes de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/05/2026

A definição sobre qual ramo do Judiciário deve julgar as ações regressivas acidentárias, propostas para cobrar de empresas negligentes os custos gerados ao Estado por acidentes de trabalho, esteve no centro do debate promovido pelo Programa Trabalho Seguro, no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

[Audiência pública no TST debate critérios para adicional de transferência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/05/2026

Representantes de trabalhadores, empregadores e do Ministério Público do Trabalho (MPT) participaram, nesta terça-feira (26), de audiência pública no Tribunal Superior do Trabalho (TST) para discutir os critérios de caracterização da transferência provisória de empregados, tema relacionado ao pagamento do adicional. A audiência foi convocada pelo ministro Alexandre Ramos, relator de um incidente de recurso repetitivo sobre a matéria (Tema 93).

[“Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil”: campanha mobiliza setor público e sociedade para proteção de crianças e adolescentes](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/05/2026

RADAR TRABALHISTA

Em ano de Copa do Mundo, a campanha “Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil” convoca instituições e a sociedade a entrarem em campo no combate ao trabalho infantil, prática que compromete direitos, oportunidades, o presente e o futuro de milhões de crianças e adolescentes no Brasil e no mundo.

[Frentista atropelada por cliente de posto será indenizada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/05/2026

O Posto Salseiros Ltda., de Itajaí (SC), terá de pagar R\$ 26 mil de indenização por danos morais e estéticos a uma frentista atropelada pelo carro de um cliente. A decisão é da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que reconheceu a responsabilidade objetiva da empresa em razão do risco da atividade, sem necessidade de comprovar culpa.

[Nova NR-1 amplia prevenção de riscos para a saúde mental nos ambientes de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/05/2026

A partir desta terça-feira (26), entra em vigor a atualização da Norma Regulamentadora 1 (NR-1) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que passa a prever expressamente a inclusão dos riscos psicossociais no gerenciamento de riscos ocupacionais das organizações. A medida obriga empresas de todos os portes com contratos regidos pela CLT, incluindo órgãos públicos, a identificar, avaliar e controlar fatores que possam afetar a saúde mental dos trabalhadores.

[Justiça do Trabalho abre consulta pública sobre metas nacionais para o próximo ano](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/05/2026

A partir desta segunda-feira (25), a Justiça do Trabalho inicia a Consulta Pública para Metas Nacionais de 2027. O objetivo é coletar a opinião de quem usa os serviços de Varas,

RADAR TRABALHISTA

Fóruns e Tribunais do Trabalho em todo o país para a elaboração das metas nacionais da instituição para o próximo ano. O levantamento pode ser respondido até 5/6.

[Câmeras de vigilância em vestiário violam intimidade de empregado de frigorífico](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/05/2026

A Segunda Turma do TST condenou a JBS S.A. a pagar indenização de R\$ 15 mil a um operador de máquinas que se sentiu constrangido com a instalação de câmeras de vigilância no vestiário masculino. De acordo com a jurisprudência do TST, a medida causa constrangimento e viola a intimidade dos trabalhadores.

[Apólice que admite não pagamento do seguro-garantia é inválida como depósito recursal](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/05/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou um recurso da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) por irregularidade na apólice do seguro-garantia que substituía o depósito recursal. O documento continha uma cláusula que abria brecha para que a seguradora não cobrisse o valor do depósito, o que, para o colegiado, equivale à ausência do recolhimento.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[MTE moderniza NR-10 e instala 1ª Mesa Estadual do Trabalho Decente no Meio Rural em SP](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 29/05/2026

O ministro Luiz Marinho, do Trabalho e Emprego, assinou nesta sexta-feira (29), em São Paulo, a atualização da Norma Regulamentadora N°10 (NR-10), que dispõe sobre a segurança em instalações e serviços em eletricidade. A modernização da NR-10 representa um avanço na proteção da saúde e da vida dos trabalhadores do setor elétrico, oferecendo maior clareza e segurança jurídica para as empresas na implementação das medidas previstas na norma. O novo texto reforça a prevenção de acidentes graves e fatais ao atualizar conceitos, acompanhando a evolução tecnológica, as boas práticas internacionais e o atual modelo de gestão de riscos adotado no país.

[País gerou 85.888 empregos em abril chegando a um saldo de 699.762 vagas formais no ano, crescimento de 1,5%](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 28/05/2026

Em abril foram gerados no país 85.888 postos de trabalho com carteira assinada, resultante de 2.268.655 admissões e 2.182.767 desligamentos no mês. No acumulado do ano foram 699.762 novos postos de trabalho, representando um crescimento de 1,5% em relação ao estoque de dezembro 2025. Nos últimos 12 meses (maio/2025 a abril/2026) o saldo de empregos gerados chegou a 1.059.860 postos de trabalho, um crescimento de 2,3% no período.

[INSS publica regras para concessão de pensão a filhos e dependentes de vítimas de feminicídio](#)

Ministério da Previdência Social - 29/05/2026

RADAR TRABALHISTA

esta sexta-feira (29), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicou a Portaria PRES/INSS nº 1.961, que dispõe sobre a pensão especial aos filhos e dependentes de mulheres vítimas de feminicídio. A norma regulamenta a concessão do benefício, no valor de um salário-mínimo. De acordo com a norma, têm direito à pensão os menores de 18 anos cuja renda familiar per capita (total dividido entre os membros da família) seja igual ou inferior a um quarto do salário-mínimo.

[MPS e INSS realizam maior mutirão do ano com 59 mil vagas em todo o país](#)

Ministério da Previdência Social - 28/05/2026

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Ministério da Previdência Social promovem, neste fim de semana (30 e 31 de maio), um grande mutirão para atendimentos extras em diversas regiões do país. Ao todo, são oferecidas mais de 59 mil vagas, destinadas a perícias médicas, realizadas pela Perícia Médica Federal do Ministério da Previdência Social, e avaliações sociais do INSS. Essas são etapas obrigatórias para a concessão de benefícios previdenciários e assistenciais.

[INSS bate recorde histórico de concessão: 890 mil no mês](#)

Ministério da Previdência Social - 26/05/2026

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) bateu o recorde histórico de concessões num único mês. No mês de março, foram concedidos 890 mil benefícios. O número foi apresentado durante a 325ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social, nesta terça-feira (26). Isso significa que os direitos dos segurados foram reconhecidos pelo Instituto. Em abril, foram concedidos 743 mil benefícios.

[São Paulo recebe curso de SST na indústria da construção](#)

Fundacentro - 26/05/2026

RADAR TRABALHISTA

Entre 09 e 11 de junho de 2026, das 8h30 às 17h30, a Fundacentro realiza o curso Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, no auditório da instituição, em São Paulo/SP. Também é ofertado na modalidade EaD pelo Moodle da instituição e será transmitido pelo YouTube. Os interessados devem observar as condições específicas de cada modalidade e as diferentes datas e formas de inscrições.

[Fundacentro lança diretrizes para aplicar NR-1 com inclusão dos riscos psicossociais](#)

Fundacentro - 25/05/2026

Nesta terça-feira, 26 de maio, o novo texto da NR-1, norma regulamentadora sobre gerenciamento de riscos ocupacionais, entra em vigor. Uma das novidades é a obrigatoriedade de que o GRO inclua os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho. Para orientar profissionais de SST (segurança e saúde no trabalho), trabalhadores, cipeiros, docentes, empregadores e comunidade em geral, a Fundacentro disponibiliza uma nova publicação - [Diretrizes para Aplicar a NR-1 com a Inclusão dos Riscos Psicossociais: analisar a organização e gestão do trabalho para intervir.](#)

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Manual reúne boas práticas para gestantes e lactantes](#)

Ministério Público do Trabalho - 29/05/2026

No lançamento do “[Manual de Boas Práticas para Trabalhadoras Gestantes e Lactantes](#)”, em 28 de maio, o procurador-geral do Trabalho, Gláucio de Araújo Oliveira, observou que o tema está conectado à saúde pública, aos direitos humanos, à igualdade de oportunidades, ao desenvolvimento sustentável, ao trabalho decente e à garantia de vida digna às gerações atuais e futuras.

[MPT-SE realiza audiência coletiva sobre papel dos sindicatos na defesa da democracia](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/05/2026

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na última quarta-feira (27), por unanimidade, que os shopping centers também são responsáveis pela criação de locais adequados para acolhimento de crianças durante o período de amamentação das trabalhadoras vinculadas às lojas dos centros comerciais. A decisão foi tomada no julgamento dos Embargos de Divergência em Agravo Regimental no ARE 1562586.

[MPT-SE, TRE e sindicatos dialogam sobre o combate ao assédio eleitoral](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/05/2026

O papel dos sindicatos na defesa da democracia. Esse foi o tema da Audiência Coletiva realizada nesta quinta-feira (28), no Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE). Representantes de centrais e entidades sindicais, órgãos públicos e empresas compareceram ao evento, que integra as ações da campanha Maio Lilás. Na abertura da audiência, a vice-procuradora-chefa do MPT-SE, Clarisse Farias Malta, afirma que o debate sobre o assédio eleitoral é necessário, pois viola a liberdade plena dos trabalhadores.

RADAR TRABALHISTA

[MPT defende que transferência de empregados deve considerar impactos familiares e pessoais](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/05/2026

A vice-procuradora-geral do Trabalho, Teresa Cristina D'Almeida Basteiro, defendeu, durante participação em audiência pública no Tribunal Superior do Trabalho (TST) que discutiu critérios de caracterização da transferência provisória de empregados, a avaliação de fatores como número de mudanças, duração do contrato, ânimo de permanência, sucessivas alterações de residência e impactos familiares e pessoais da transferência.

[Subnotificação de acidentes de trabalho prejudica trabalhadores e cofres públicos, alerta MPT](#)

Ministério Público do Trabalho - 26/05/2026

A subnotificação de acidentes e doenças relacionados ao trabalho causa prejuízos de dezenas de bilhões de reais aos trabalhadores brasileiros e aos cofres públicos. O alerta é do coordenador nacional da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat) do Ministério Público do Trabalho (MPT), Raymundo Ribeiro, que critica a redução da aplicação do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) pelas perícias médicas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

[Em audiência no MPT-SE, PcDs relatam exclusão e preconceito no mercado de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 26/05/2026

O assunto foi tema de uma Audiência Coletiva realizada nesta terça-feira (26), no auditório do Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE). A vice-procuradora-chefa do MPT-SE, Clarisse Farias Malta, coordenadora regional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), afirma que a audiência coletiva integra um projeto do MPT voltado à inclusão de pessoas com

RADAR TRABALHISTA

deficiência e beneficiários reabilitados no mercado formal de trabalho.

[MPT discute pejetização e combate ao assédio em formação do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania](#)

Ministério Público do Trabalho - 25/05/2026

Nos dias 21 e 22 de maio de 2026, o Ministério Público do Trabalho PA-AP (MPT), por meio da Procuradoria do Trabalho no Município (PTM) de Macapá, participou do Curso de Formação de Multiplicadores do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). O evento foi realizado no auditório da Secretaria de Estado da Educação (SEED), em Macapá, e foi acompanhado por professores de escolas públicas e estudantes da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

RADAR TRABALHISTA

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[NA MÍDIA: matéria do g1 São Paulo explica o que muda para o trabalhador com a atualização da NR-1, com a obrigatoriedade da gestão da saúde mental](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 27/05/2026

A atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que entrou em vigor nesta terça-feira, 26 de maio, aumenta a responsabilidade das empresas sobre fatores que podem levar ao adoecimento mental dos trabalhadores. A mudança obriga as empresas a identificar, prevenir e gerenciar situações que possam afetar a saúde mental dos empregados, como metas abusivas, jornadas exaustivas, assédio moral, sobrecarga e falhas na organização do trabalho.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Acordo extrajudicial afasta pretensão de ociosidade forçada de gestante](#)

Consultor Jurídico - 31/05/2026

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) confirmou a sentença do juiz Fernando Rotondo Rocha, titular da 4ª Vara do Trabalho de Betim (MG), que rejeitou os pedidos de indenização por danos morais e de reconhecimento de rescisão indireta formulados por uma empregada em face de uma rede de supermercados. A autora alegava ter sido submetida a “ociosidade forçada” e isolamento profissional depois de sua reintegração ao emprego por decisão judicial, em novembro de 2024, em razão da estabilidade provisória assegurada à empregada gestante.

[Acumular cargo de maior responsabilidade gera adicional salarial, afirma TRT-4](#)

Consultor Jurídico - 30/05/2026

O pagamento do valor adicional por acúmulo de função não se baseia apenas na quebra contratual, como punição, mas sim em um reequilíbrio remuneratório pela via judicial, em razão da inovação prejudicial ao empregado. A partir dessa premissa, a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) condenou solidariamente um grupo econômico a pagar diferenças salariais de 30% sobre o salário básico de uma trabalhadora, além de demais reflexos, correspondentes ao período de oito meses em que as funções foram desempenhadas simultaneamente.

[Ausência de subordinação jurídica afasta vínculo de emprego, diz TRT-3](#)

Consultor Jurídico - 30/05/2026

Demonstrada a possibilidade de ausência sem penalidade (subordinação jurídica), de substituição por terceiros (pessoalidade) e a retribuição proporcional ao trabalho realiza-

RADAR TRABALHISTA

do, fica impedido o reconhecimento de vínculo trabalhista.

[Norma coletiva que exige aval sindical para banco de horas prevalece sobre CLT](#)

Consultor Jurídico - 29/05/2026

A norma coletiva que exige a participação do sindicato para a validade do acordo de banco de horas deve prevalecer sobre a regra da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que autoriza a pactuação individual, em respeito à autonomia das negociações coletivas. Com base nesse entendimento, a 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho deu provimento a um recurso de revista e invalidou o acordo de banco de horas firmado por uma trabalhadora e uma empresa de calçados sem a homologação do sindicato da categoria. A decisão foi unânime.

[Demissão em massa sem participação de sindicato gera dano moral coletivo](#)

Consultor Jurídico - 29/05/2026

São nulas as demissões coletivas feitas sem a participação do sindicato da categoria em negociação prévia. Com esse entendimento, a 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro condenou uma empresa de roupas femininas pela demissão em massa de trabalhadores ocorrida em julho e agosto de 2025. A ré também deverá reparar o dano moral coletivo com pagamento de multa pela dispensa de 140 pessoas.

[Transformação do Direito do Trabalho: tecnologia, dignidade humana e os limites do progresso](#)

Consultor Jurídico - 29/05/2026

É inegável que o Direito do Trabalho tem enfrentado nos últimos tempos uma profunda transformação e exige de todos que se dedicam à compreensão desse fenômeno uma reflexão plural e multifacetada sobre as mudanças que marcam o mundo laboral con-

RADAR TRABALHISTA

temporâneo. Há uma constatação inevitável de que as relações de trabalho se encontram em processo de reconfiguração acelerada, tanto pelo conteúdo como pela forma, impulsionado, acima de tudo, pelo avanço tecnológico.

[Empresa é responsável por ambiente hostil e xingamentos de usuários](#)

Consultor Jurídico - 29/05/2026

Ao empregador é atribuída a responsabilidade pela prevenção de riscos psicossociais no trabalho, o que inclui a organização e as condições do trabalho, sendo, também, dever da empresa responder por atos praticados por terceiros que causem danos aos empregados, independentemente de culpa. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) manteve a condenação imposta a uma concessionária de rodovias ao pagamento de uma indenização por danos morais a um operador de pedágio.

[Demitir e recontratar com salário menor implica restituição de valor](#)

Consultor Jurídico - 29/05/2026

O artigo 7º, inciso VI, da Constituição Federal garante ao trabalhador a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo. Além disso, o artigo 468 da CLT proíbe mudanças no contrato individual de trabalho que prejudiquem o empregado, mesmo quando há concordância entre as partes. Com esse fundamento, a 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) manteve a sentença do juiz Marcelo Caon Pereira, da 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo (RS), que determinou que um gari despedido e recontratado no dia seguinte com remuneração inferior deve receber as diferenças salariais decorrentes da alteração do contrato.

[Magnífica Humanitase o relatório da OIT sobre trabalho decente na era da IA](#)

Consultor Jurídico - 29/05/2026

RADAR TRABALHISTA

Em maio de 2026, dois documentos de alcance civilizatório vieram a público com diferença de dias. No último dia 25, o papa Leão 14 divulgou a encíclica Magnifica Humanitas, primeira carta social do seu pontificado, no 135º aniversário da Rerum Novarum. Também neste mês, foi divulgado o relatório do diretor-geral da OIT intitulado A Moment of Choice: Harnessing Artificial Intelligence for Decent Work, elaborado para a 114ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

[TST valida rescisão que descontou banco de horas negativo com base em acordo](#)

Consultor Jurídico - 28/05/2026

O abatimento de valores referentes a saldo negativo de banco de horas nas verbas rescisórias é lícito quando amparado em acordo chancelado pelo sindicato da categoria. Com base nesse entendimento, a 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a um agravo e manteve a validade do desconto feito na rescisão de um ex-empregado da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

[Atestado que contraindica vacina afasta justa causa por falta da imunização](#)

Consultor Jurídico - 28/05/2026

A recusa do trabalhador em tomar vacina contra a Covid-19 sem motivo justificado configura ato de indisciplina. Contudo, se a instância ordinária atesta a validade de um atestado médico que contraindica a imunização, o afastamento da justa causa não pode ser reexaminado, por força da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. Essa foi a conclusão da 5ª Turma do TST para não conhecer do recurso de revista de uma companhia aérea e manter a anulação da demissão por justa causa aplicada a um comissário de bordo. A decisão do colegiado foi unânime.

[Empresa não responde por acidente de trabalho decorrente de mal súbito](#)

Consultor Jurídico - 28/05/2026

RADAR TRABALHISTA

O mal súbito é causa alheia ao trabalho, sendo imprevisível e irresistível, o que afasta o nexo de causalidade necessário à responsabilização da empregadora. Com base nesse entendimento, a 8ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) rejeitou o recurso de um trabalhador que pleiteou a condenação da empresa, uma fabricante de papel, ao pagamento de uma indenização por danos morais e materiais por um acidente de trabalho decorrente de um mal súbito que acometeu o empregado no ambiente profissional.

[Recife sedia 40º Colóquio de Direito e Processo do Trabalho da ABDT](#)

Consultor Jurídico - 27/05/2026

Terá início nesta quinta-feira (28/5), em Recife, o 40º Colóquio de Direito e Processo do Trabalho da Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT). O evento, que será encerrado na sexta (29/5), reunirá no Recife Expo Center especialistas para discutir os desafios e as transformações do mundo do trabalho a partir da capital pernambucana.

[Doença contraída antes da atividade trabalhista afasta indenização](#)

Consultor Jurídico - 27/05/2026

A responsabilidade civil exige ato ilícito — conduta culposa ou dolosa —, o dano e o nexo de causalidade entre um e outro. Ausentes esses elementos, deve-se concluir pela inexistência da obrigação de reparação. Com esse entendimento, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) rejeitou por unanimidade o reconhecimento de doença ocupacional alegada por uma auxiliar de produção.

[Férias proporcionais, justa causa e a Convenção nº 132 da OIT](#)

Consultor Jurídico - 26/05/2026

Se formos resgatar a memória do Direito do Trabalho, é possível afirmar que a proteção estatal por meio da confecção de normas nasceu da necessidade de se preservar a saúde

RADAR TRABALHISTA

de do trabalhador, sem renunciar ao regime capitalista. E, nesse contexto, o direito ao descanso se destaca como um dos primeiros a merecer o reconhecimento do Estado, que passou a atribuir obrigatoriedade à recuperação física para que o trabalhador pudesse retornar ao trabalho e assim permanecer produzindo.

[Pedido de demissão não impede rescisão indireta se há falta grave da empresa](#)

Consultor Jurídico - 25/05/2026

O pedido de demissão não impede o reconhecimento da rescisão indireta (a justa causa aplicada ao empregador) quando a manutenção do vínculo se torna insustentável devido às faltas cometidas pela empresa. Com esse entendimento, a 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) reformou uma decisão da Vara do Trabalho de Carazinho (RS) que havia negado a rescisão indireta de uma coletora de lixo que não teve a carteira de trabalho assinada, nem o FGTS recolhido.

[Câmara aprova PEC que põe fim à escala 6x1 e reduz jornada de trabalho](#)

Revista Proteção - 28/05/2026

A Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece jornada de trabalho de 40 horas semanais em cinco dias com dois de descanso, acabando com a escala 6 X 1 (um dia de descanso e 44 horas semanais). O texto prevê uma transição e leis específicas para tratar de algumas carreiras.

[Violência sexual durante expediente é reconhecida como acidente de trabalho em SP](#)

Revista Proteção - 28/05/2026

A Justiça do Trabalho de Campinas/SP condenou uma empresa por negligência após uma funcionária sofrer estupro coletivo durante o expediente em 2022. A funcionária se deslocava de uma unidade a outra da companhia quando foi abordada por três homens, responsáveis pelo ato violento.

RADAR TRABALHISTA

[Justiça do Trabalho seleciona artigos e teses sobre riscos psicossociais na NR-1 para congresso](#)

Revista Proteção - 28/05/2026

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), em parceria com as Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho da Região Sudeste, vai promover, de 7 a 9 de outubro, o Congresso Internacional “Trabalho e Saúde Mental”. O evento será realizado no Centro Universitário Dom Helder, em Belo Horizonte/MG.

[Participantes devem efetuar cadastro no novo sistema do PAT](#)

Revista Proteção - 27/05/2026

O MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) disponibilizou o novo sistema do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) no último 15 de maio. A nova plataforma pode ser acessada pelo endereço novopat.trabalho.gov.br e passa a concentrar os serviços de cadastro e atualização das informações dos participantes do programa.

[Ação regressiva por acidente de trabalho restitui R\\$ 2,1 milhões ao INSS](#)

Revista Proteção - 26/05/2026

A Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a restituição imediata de mais de R\$ 2,1 milhões, por meio de acordo que encerrou ação regressiva relacionada a acidente de trabalho ocorrido em 2022, em Curitiba. O caso, envolvendo um operário de 45 anos puxado pelo cilindro de um torno mecânico, foi solucionado consensualmente um ano após o ajuizamento da ação.

[Construção cresce 2,9% no primeiro trimestre de 2026](#)

RADAR TRABALHISTA

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 29/05/2026

As atividades da construção voltaram a acelerar nos primeiros meses de 2026. O setor cresceu 2,9% no primeiro trimestre deste ano em relação aos três últimos meses de 2025, de acordo com os dados do Produto Interno Bruto (PIB) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado reverte a queda de 2,4% registrada no quarto trimestre do ano passado e sinaliza uma retomada do ritmo de atividade da construção.

[CBIC divulga Radar Convenções Coletivas de abril](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 29/05/2026

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC) apresenta mais uma edição do RADAR CONVENÇÕES COLETIVAS. O presente traz as informações das negociações concluídas no ano de 2026, até a data-base de abril de 2026, cujas convenções coletivas ou aditivos tenham sido registrados até 30 de abril de 2026.

[Construção cria 23,5 mil empregos formais em abril](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 29/05/2026

A Indústria da construção criou 23.525 novos empregos com carteira assinada em abril de 2026, segundo dados do Novo Caged divulgados nesta quinta-feira (28) pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Com o resultado, o setor foi o segundo maior gerador de vagas formais do país no mês, respondendo por 27,39% dos 85.888 postos criados no período.

[Senconci-DF – Mulheres que constroem: desafios e superação na construção civil](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 28/05/2026



RADAR TRABALHISTA

Mesmo diante de um setor historicamente masculino, mulheres seguem conquistando espaço na construção civil e transformando realidades dentro e fora dos canteiros de obras. Entre elas, mães que conciliam jornadas intensas de trabalho com os cuidados da família, enfrentando diariamente desafios que vão além da profissão.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 205, DE 15 DE MAIO DE 2026](#) (DOU de 25/05/2026 Seção I Pág. 66) - Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 140, de 18 de novembro de 2022, que dispõe sobre o Programa de Estágio de Estudantes;

[RESOLUÇÃO CONAETI/MTE Nº 8, DE 18 DE MAIO DE 2026](#) (DOU de 25/05/2026 Seção I Pág. 127) - Homologa o Fluxo Nacional de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual;

[LEI Nº 15.415, DE 25 DE MAIO DE 2026](#) (DOU de 26/05/2026 Seção I Pág. 01) - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre prazo para concessão de salário-maternidade pago diretamente pela Previdência Social;

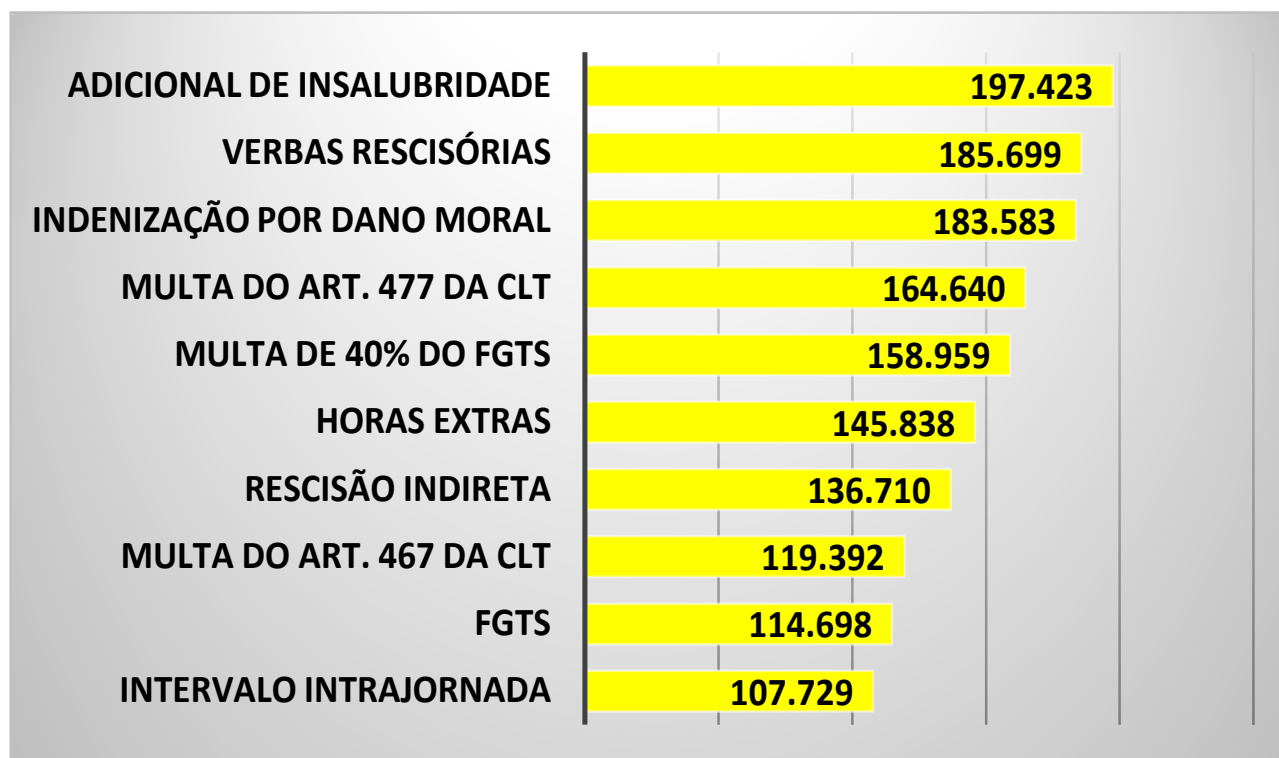
[PORTARIA PRES/INSS Nº 1.959, DE 25 DE MAIO DE 2026](#) (DOU de 26/05/2026 Seção I Pág. 158) - Altera a Portaria PRES/INSS nº 1.919, de 12 de janeiro de 2026, que dispõe sobre regras excepcionais e temporárias aplicáveis ao Programa de Gerenciamento de Benefícios e ao Pagamento Extraordinário;

[PORTARIA PRES/INSS Nº 1.961, DE 28 DE MAIO DE 2026](#) (DOU de 29/05/2026 Seção I Pág. 94) - Dispõe sobre a pensão especial aos filhos e aos dependentes de mulher vítima de crime de feminicídio, prevista na Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023, no valor de um salário mínimo;

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Os 10 (dez) itens no Ranking de Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho até março de 2026 (quantidade de processos):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico